Março / Abril de 2004 Nº 25 ANO V

Linhas

Publicação do Conselho Regional de Psicologia CRP - 07

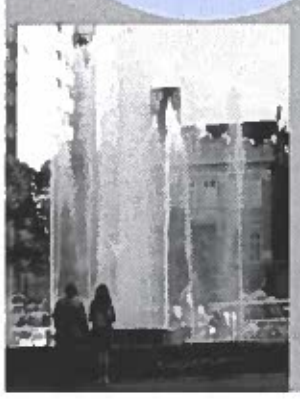
IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO Nº 0367/ 01
ECT/DR/RS
CRP-07-Conselho Regional de Psicologia
7ª Região
ACF BOM FIM

VEM AÍ O V CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

Participe das atividades organizadas pelo CRP-07



Reflexões sobre a Adolescência



CRP-07 PREPARA MOSTRA DE PRÁTICAS EM CAXIAS DO SUL

editorial

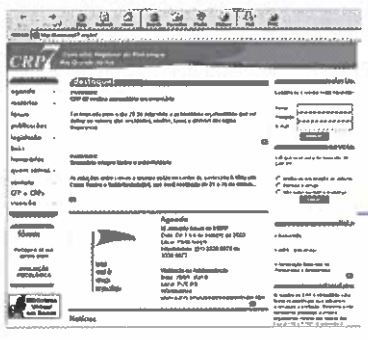


Momento de ser *protagonista*

No Brasil, freqüentemente, a adolescência tem sido vista como sinônimo de violência e impunidade; a juventude, porém, também tem sido marcada pela violência, sendo vítima, principalmente, da exclusão social.
Para refletir sobre este tema, sobre este momento de vida peculiar do desenvolvimento, apresentamos algumas visões de profissionais que têm no seu cotidiano a vivência com adolescentes. Um Juiz da Infância e Juventude, uma Conselheira Tutelar, um coordenador de uma ONG e uma professora universitária são alguns dos atores que compõe este debate. O representante do judiciário é o juiz João Batista Costa Saraiva, sabidamente um defensor das garantias de direitos das crianças e adolescentes. Também há contribuições que avaliam o papel de duas entidades, o CPCA e o Conselho Tutelar, além de um texto da professora Rosa Maria Fischer sobre a interferência da mídia na subjetividade dos adolescentes. O GT da Criança e do Adolescente do CRP-07 também faz sua contribuição, propondo reflexões que contribuam para uma prática que respeite o adolescente em sua subjetividade, pautando-se pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Esta edição também destaca a realização da Mostra de Práticas em Psicologia na Região da Serra, marcada para o mês de maio, e a programação do V Congresso Nacional da Psicologia, espaço no qual são decididas as diretrizes políticas para nortear as ações do Sistema Conselhos em nosso país por um período de três anos. As atividades preparatórias ocorrem a partir deste mês de março e sua participação nestes encontros pode ser decisiva. Convém lembrar, ainda, que o Congresso Regional da Psicologia é o prazo final para inscrição e apresentação das chapas dos candidatos à próxima gestão do CRP, que será eleita em agosto. Este é o momento de você ser um dos protagonistas deste processo, organizando chapas e pensando em propostas para a Psicologia. Informe-se e participe!

Gestão Inserção



Visite o site do CRP-07

www.crp07.org.br

Gestão Inserção

- Carla Garcia Bottega
- Carla Mariela Carriconde Tomasi
- Célia Angelina Trevisi do Nascimento
- Cristina Armani Madeira
- Dóris Noronha
- Gisele Silva Sanches
- Janice Castilhos Gomes
- Liliana Santos
- Mara Cristina Kozorosky Almeida
- Maria Cristina Carvalho da Silva
- Mylène Geiger
- Ruy Dias Gigante
- Tatiana Cardoso Baierle
- Vera Elizabeth Verissimo

Diretoria

- Presidente: Carla Mariela Carriconde Tomasi
- Vice-presidente: Mylène Geiger
- Secretária: Célia Angelina Trevisi do Nascimento
- Tesoureira: Tatiana Cardoso Baierle

Comissão de Comunicação

- Mylène Geiger
- Vera Elizabeth Verissimo
- Walter Firmo de Oliveira-Cruz

Conselho de Psicologia do Rio Grande do Sul / CRP-07

Sede
Av. Osvaldo Aranha, 1423 – sala 102
90035.191 – Porto Alegre/RS
Telefone/Fax: (51) 3335.1838 3330.3458
E-mail: contatos através do site www.crp07.org.br

Seção Serra
Avenida Itália, 325/705
95.010-260 – Caxias do Sul/RS
Telefone (54) 223.7848
E-mail: crpcaxias@terra.com.br
Representante: Patrícia Bisol

Seção Sul
Rua Félix da Cunha, 772/304
96.010-000 – Pelotas/RS –
Telefone (53) 227.4197
E-mail: crppelotas@terra.com.br
Representante: Giovani Cantarelli

- Os artigos publicados com assinatura são de inteira responsabilidade do autor e não traduzem, necessariamente, a opinião do Conselho Regional de Psicologia.

- Cartas, artigos e outras manifestações devem ser encaminhadas à Comissão de Comunicação. Os artigos devem ter, no máximo, 35 linhas. Por questão de espaço, as cartas podem ser resumidas.

entre Linhas

Edição e textos: Mônica Kanitz (MTb 8103)
Design gráfico: Clô Barcellos/Libretos
Impressão: Pallotti
Tiragem: 7 mil exemplares
Peridiocidade: bimestral
Distribuição gratuita



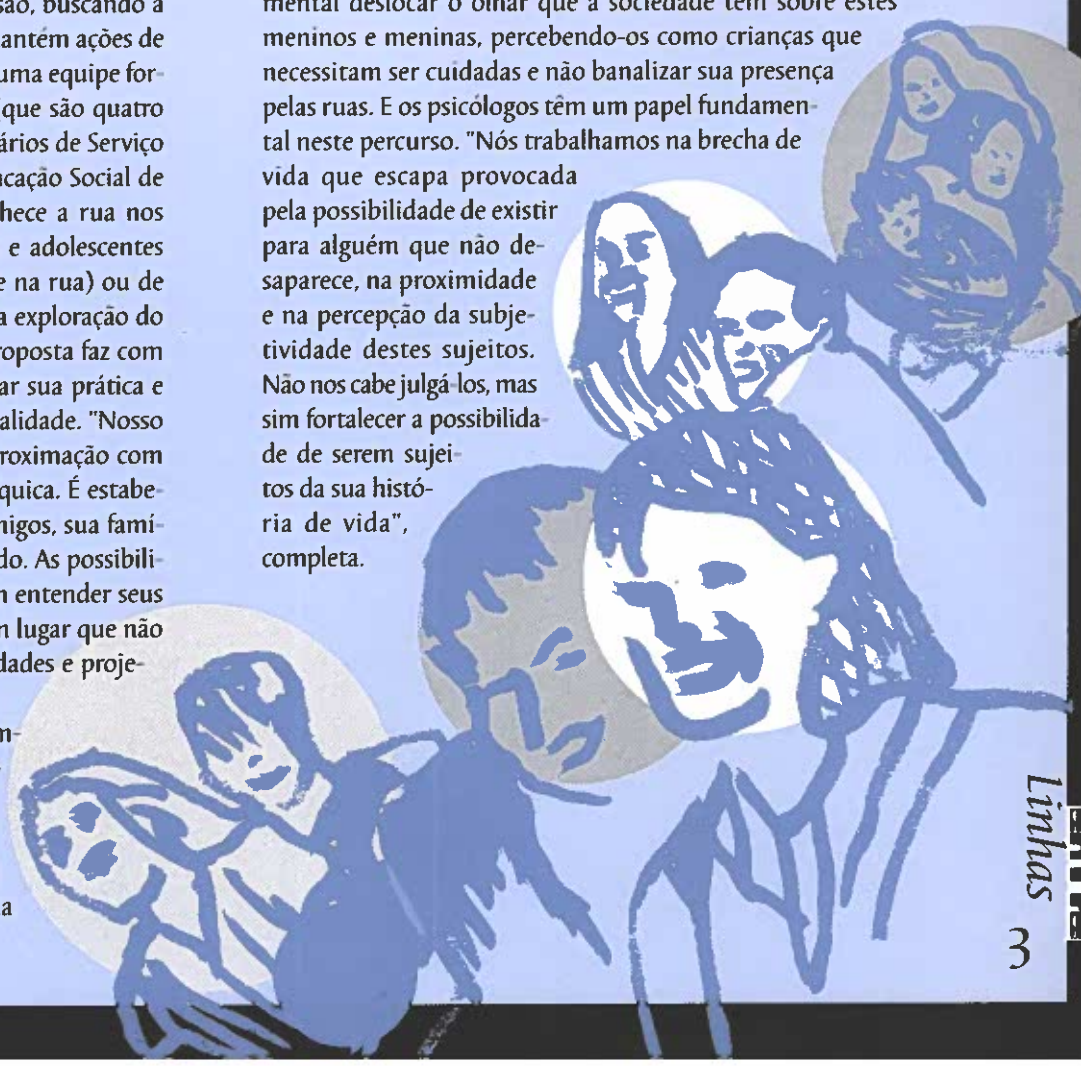
A rua como *território de trabalho*

Crianças e adolescentes vivendo nas ruas é uma realidade que sensibiliza alguns, incomoda outros e se apresenta como um desafio para o poder público. No caso da prefeitura de Porto Alegre, esta questão se tornou prioridade e viabilizou, ao longo dos últimos anos, uma série de iniciativas que hoje compõem o PAICA Rua (Programa de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua). Como um instrumento importante da política pública e social, o PAICA reforça e implanta o trabalho em redes sociais como uma prática integral e mais efetiva, além de ser um espaço de discussão sobre o que pode (e deve) ser feito para atender as necessidades básicas destas crianças e adolescentes privados de amparo familiar, social e institucional.

Um dos serviços pioneiros na estrutura do PAICA é a Educação Social de Rua, que tem um propósito aparentemente simples: travar o primeiro contato com as crianças para saber quem são, porquê estão na rua, como vivem sua história, como sobrevivem a cada dia. Aos poucos, através da presença do educador, o vínculo se estabelece e o objetivo de alterar esta situação vai se fortalecendo, o que transforma a rede de atendimento PAICA numa referência para esta criança ou adolescente. É a possibilidade de retornar à escola ou ao abrigo, participar de atividades culturais e esportivas, retomar o tratamento e, em algum momento, pelo menos para alguns, voltar para casa. À frente do Serviço de Educação Social de Rua desde 1997, a psicóloga Sílvia Giugliani admite que nada é tão simples numa realidade que vai se tornando cada vez mais complexa. "Os desafios são diários, assim como os questionamentos. Por isso, é muito importante dividir responsabilidades e pensar sempre em iniciativas que possam ter continuidade, os serviços precisam se desafiar a serem efetivos e a perceber quando não são, buscando a superação de práticas que, sem intencionalidade, mantém ações de exclusão e desamparo", explica. Sílvia trabalha com uma equipe formada por oito educadores sociais, cinco técnicos (que são quatro assistentes sociais e uma psicóloga), além de estagiários de Serviço Social, do Direito e da Psicologia. O Serviço de Educação Social de Rua está estruturado de uma maneira que reconhece a rua nos movimentos do cotidiano e diferencia as crianças e adolescentes que fazem dela seu espaço de moradia (permanece na rua) ou de sobrevivência (o que normalmente está vinculado a exploração do trabalho infantil). Segundo a coordenadora, esta proposta faz com que a equipe sempre esteja disponível para repensar sua prática e tentar fazer dela uma ação coerente diante desta realidade. "Nosso propósito não é limpar o trilho, mas fazer uma aproximação com este sujeito fragilizado em sua estrutura física e psíquica. É estabelecer um diálogo, reconhecer seus vínculos, seus amigos, sua família, suas referências anteriores e quais vem mantendo. As possibilidades estão dentro dele, nossa competência está em entender seus pedidos e fortalecê-lo como sujeito para que, de um lugar que não seja o da exclusão, consiga organizar suas possibilidades e projetos", esclarece Silvia Giugliani.

Desde 2000 que a Educação Social de Rua ampliou as fronteiras de abordagens do Centro Histórico de Porto Alegre para muitos outros bairros da cidade. A existência do PAICA Rua também ampliou seus horizontes, buscando a educação do governo e da cidade. "Além de educar a rua, que consiste na abordagem e na possibilidade de alterar a realidade de crianças e adolescentes, precisamos que o governo se eduque e veja estas questões como prioridade das diferentes áreas das políticas sociais", explica a psicóloga. Além disso, é preciso que a cidade tome consciência desta situação. A maioria das crianças que hoje moram na rua começaram vendendo objetos e pedindo nas sinaleiras, gestos facilmente reconhecidos pela sociedade. "A permanência desta realidade indica que em algum momento esta criança se vê atendida, seja na compra da rosa ou no dinheiro de um programa(sexual). Sem estrutura para avaliar o risco, ela continua seu caminho cada vez mais desassistida. A sociedade tem que aprender a denunciar, a entrar em contato conosco para avisar que há crianças e adolescentes em lugares onde não deveriam estar", destaca. Para isso, o programa dispõe de um telefone - 3221.2024 - que atende das 7h às 24h. "Temos educadores circulando sistematicamente e preparados para fazer a abordagem, dialogar com as crianças que estão na rua. É a partir desta identificação do educador que o sujeito passa a existir para o serviço. O trabalho, articulado com a equipe técnica, sistematiza as informações e organiza cada novo passo, criando uma memória e uma existência deste sujeito na política pública, mediando as inclusões necessárias e envolvendo outros serviços para provocar a alteração da situação de risco", acrescenta a psicóloga. Na sua maioria, as crianças e adolescentes que estão nas ruas têm mais de 12 anos, o que normalmente os vincula a alguma instituição, como escolas ou abrigos. "Vamos fazer o possível para descobrir o que aconteceu, para tentar construir junto com eles outros espaços de circulação e outros projetos de vida. Mas nem sempre eles topam... Algumas vezes chegamos a criar vínculos mas depois os perdemos para os traficantes. Por isso é fundamental que todas as instituições cumpram o seu papel, seja na criação de oportunidades de trabalho e aprendizado, no atendimento às famílias ou na contenção do tráfico", observa Silvia, se referindo a uma rede que também inclui os Conselhos Tutelares, a Brigada Militar, o Ministério Público e a Polícia Civil.

Para a coordenadora da Educação Social de Rua, é fundamental deslocar o olhar que a sociedade tem sobre estes meninos e meninas, percebendo-os como crianças que necessitam ser cuidadas e não banalizar sua presença pelas ruas. E os psicólogos têm um papel fundamental neste percurso. "Nós trabalhamos na brecha de vida que escapa provocada pela possibilidade de existir para alguém que não desaparece, na proximidade e na percepção da subjetividade destes sujeitos. Não nos cabe julgá-los, mas sim fortalecer a possibilidade de serem sujeitos da sua história de vida", completa.



V Congresso Nacional da Psicologia

Protagonismo Social da Psicologia será um assunto recorrente no cotidiano dos psicólogos brasileiros pelos próximos anos. É que este foi o tema escolhido para debate no V Congresso Nacional da Psicologia (CNP), que será realizado de 17 a 20 de junho em Brasília. Instância máxima do Sistema Conselhos de Psicologia, é no CNP que são discutidas e decididas as diretrizes que vão nortear o trabalhos dos CRPs durante um período de três anos. Desta vez, o objetivo é construir um projeto que envolva a Psicologia na transformação da sociedade brasileira, ampliando sua inserção social através das políticas públicas e valorizando o exercício profissional através de novos campos de atuação, formação qualificada e áreas emergentes.

Mas o amplo debate proposto pelo Congresso Nacional da Psicologia começa bem perto de cada psicólogo e é fundamental que TODOS os profissionais participem do processo, reafirmando uma conquista democrática da categoria garantida na Constituição de 1988. No caso do Rio Grande do Sul, esta mobilização já começa neste mês de março com um encontro preparatório, que será seguido de vários pré-congressos em diferentes regiões do Estado. São momentos de reflexão e debate dos quais saem propostas de teses envolvendo o tema do V CNP, que serão analisadas e formatadas no Congresso Regional da Psicologia. Dois exemplos importantes de diretrizes do último congresso executadas ao longo dos últimos três anos e que se tornaram motivos de discussão entre os profissionais da Psicologia são a revisão do Código de Ética da Psicologia e o processo de avaliação dos testes psicológicos. Os pré-congressos também são o momento de escolha dos delegados que vão participar do encontro regional e, a partir deste, representar o CRP no Congresso Nacional. Pela importância e complexidade do processo, é muito importante que todos os psicólogos acompanhem cada etapa.

É fundamental que TODOS os profissionais participem

Como devem ser feitas as teses?

A tese é uma proposta que inclui:

- **análise** da realidade da Psicologia e o apontamento das urgências e necessidades - aponta a problemática a ser enfrentada ou a situação a ser modificada.
- as **diretrizes** que estão sendo propostas - é a tese propriamente dita que explicita a situação desejada a qual os conselhos devem buscar.
- os **encaminhamentos** que devem ser dados pelos Conselhos Regionais e Federal - são sugestões de ações que buscam garantir a situação desejada.

Como ser delegado?

Todo psicólogo inscrito em um Conselho Regional e adimplente pode ser delegado. Para isso, é necessário participar dos pré-congressos e ser eleito como delegado ao Congresso Nacional.

A agenda dos pré-congressos

Os pré-congressos são instâncias que apreciam e aprovam as teses das regiões, ocorrendo apenas um por área geográfica. Nestes encontros também são escolhidos os delegados para o Congresso Regional.

Pelotas	27 de março	às 9h	na Seção Sul do CRP-07	(Félix da Cunha, 772/304)
Caxias do Sul	27 de março	às 9h	na Seção Serra do CRP-07	(Av. Itália, 325/705)
Santa Maria	3 de abril	às 9h	no Itaimbé Palace Hotel	(Venâncio Aires, 2741)
Porto Alegre	3 de abril	às 9h	no Hotel Blue Tree Towers	(Lucas de Oliveira, 995)
Erechim	17 de abril	às 9h	na URI - Campus Erechim	(Prédio 10 - Sala 10.02)
Santo Ângelo	17 de abril	às 9h	na URI - Campus Santo Ângelo	(Prédio 4 - Sala CCM)

Não perca o encontro preparatório

Venha esclarecer suas dúvidas sobre o que é e qual a importância do V Congresso Nacional de Psicologia numa conversa com a psicóloga Ana Luiza de Souza Castro, vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia.

O encontro preparatório ao V CNP está marcado para o dia 20 de março, às 9h, no auditório do CRP-07 em Porto Alegre

Congresso Regional será em Porto Alegre

O Congresso Regional será realizado em Porto Alegre nos dias 7 de maio (a partir das 19h) e 8 de maio (a partir das 9h). O endereço é Lucas de Oliveira, 995, nas dependências do Hotel Blue Tree Towers.

O Congresso Regional é formado por delegados eleitos nos pré-congressos e aprecia as teses nacionais, além de eleger os delegados para o Congresso Nacional.

Junho é o mês do V Congresso

O Congresso Nacional, marcado para o período de 17 a 20 de junho em Brasília, é a etapa final do processo de discussão e decisão sobre as orientações para a atuação dos Conselhos de Psicologia.

Confira as datas e os locais e agende-se!!

A entrada é franca, sem necessidade de inscrição.

Informações no CRP-07 fones (51) 3335.1838/ 3330.3458 ou www.crp07.org.br

Adolescência, para quê?



Grupo de Trabalho sobre Criança e Adolescente do CRP-07

Adolescência... Diversas definições surgem quando evocamos esse conceito: é uma fase definida pela idade, um período de indefinições, questionamentos e confrontos frente à cultura. Um processo de mudanças hormonais e fisiológicas ocasionando transformações no corpo. O conceito adolescência expressa todos estes significados e muitos outros que serão produzidos nos arranjamentos maquínicos da cultura. Portanto, trata-se de um fenômeno socialmente produzido e historicamente datado.

Nos encontros do GT Criança e Adolescente, vinculado ao CRP-07, temos nos proposto a uma análise deste processo. Buscamos elementos de história, psicologia, comunicação e, principalmente, do fazer de cada um do grupo na composição desta carta, entendendo-a enquanto parte deste mesmo processo de construção da adolescência, não como mais uma verdade, mas como uma nova bifurcação desta rede de significados.

O ano de 1990 foi marcante na produção de uma nova subjetividade ao público infantil e juvenil: a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) veio afirmar que toda criança e adolescente são sujeitos de direitos e deveres por se encontrarem em um período especial de desenvolvimento, sendo considerada prioridade absoluta a garantia destes direitos por parte da família, sociedade e poder público.

Porém a história nos conta que em outros períodos, a adolescência compunha outras redes de significados. Ariés (1981) refere que a noção de infância e adolescência, enquanto um período definido, foi sendo fabricado pela ciência da Idade Média, que por sua vez remontava aos escritos jônicos do século VI A.C. Havia um princípio vigente da unidade fundamental da natureza, que se traduzia por uma relação de interdependência de todos os fenômenos da natureza, não sendo possível escapar desta determinação geral. A partir desta concepção, surgiram estudos e definições das correspondências dos números, idades e medidas na explicação de fenômenos físicos, biológicos e astrológicos. As idades da vida faziam parte desta correspondência, entre a biologia humana, os fenômenos internaturais - sentimentos, condutas, entre outros - e o que era considerado a simbologia numérica dos planetas. Nesta época, a definição das idades era dividida em períodos de 7 anos, com um sentido muito próximo aos estudos da astrologia, evocando laços entre o destino do Homem e os planetas.

Poderíamos relatar outras definições históricas sobre adolescência, que fundamentavam a vida daquela cultura. Mas, sobretudo, é importante explicitar a noção de processo e arranjamento deste fenômeno adolescência que se dá nas correlações de força entre diversos arranjamentos. Portanto, não podemos referir a existência de uma única adolescência, mas multiplicidades.

A partir do advento da comunicação de massa - televisão, jornais, rádio - esta correlação de forças tornou-se arranjada de tal sorte que a exacerbação dos saberes acadêmicos e mecanicistas, do crescimento do consumo enquanto valor subjetivo e do individualismo acentuado pela ordem capitalista produz um tipo de subjetividade excludente da possibilidade do diferente, da diversidade. Ligamos a televisão ou abrimos uma revista da moda e nos deparamos com essa produção, modelos de uma adolescência preenchida pelo consumismo, pelos padrões da estética do corpo e pela hipersexualização das relações. Uma adolescência tecnológica, veloz, conectada às





possibilidades do imediatismo, aprisionada às exigências de um mercado voraz de trabalho, que veiculam a necessidade da obtenção do conhecimento a qualquer custo. Uma adolescência que obtêm prazer no consumir, não no degustar.

O que resta aos milhões de jovens adolescentes não pertencentes a esta rede subjetiva? Buscá-la a qualquer custo, frustrar-se pelo não pertencimento, estar exposto aos mecanismos punitivos sociais pela culpa do seu fracasso. A redução da idade penal tem sido discutida como uma forma de "prevenir" a violência ocasionada por adolescentes cada vez mais jovens. Nos perguntamos, de que violência estamos falando? De uma violência produzida por este mecanismo de exclusão e hiperexigência de pertencimento a este modelo de adolescência? Ou da violência punitiva que este jovem, na sua tentativa voraz, ou no seu sentimento de fracasso psíquico, cometeu frente à sociedade ?

Não estamos aqui fazendo uma apologia à inexistência de mecanismos de controle de atos violentos cometidos por estes jovens adolescentes. Mas, que possamos assumir nossa ignorância e analisar estas questões de forma mais abrangente. Será que esse adolescente que está em permanente corrida para pertencer a este seleto padrão de adequação social, não está também cometendo um ato de violência contra si e pela manutenção desta subjetividade? Apoiamos o manifesto contra a redução da idade penal, justamente por entendê-lo como mais um mecanismo de exclusão social e intimização de uma problemática muito mais abrangente. Devemos, como psicólogos e sociedade em geral, problematizar, produzir e exigir que as questões ligadas a crianças e adolescentes sejam analisadas com mais profundidade, no sentido das diversas conjunturas que a elas envolvem.

A partir do ECA, criou-se o Conselho Tutelar como um órgão autônomo, responsável pela garantia dos direitos e deveres. Apesar de estarmos no seu décimo quarto ano de vigência, muitos psicólogos desconhecem tanto a importância deste órgão, quanto o próprio Estatuto. Precisamos divulgar e fortalecer o ECA e a importância do papel do Conselho Tutelar como instrumento de combate desta massificação e reducionismo da complexidade que são as questões ligadas a crianças e adolescentes, promovendo discussões, fóruns e qualificação destes conselheiros tutelares e da sociedade em geral.

"Entre o amor e a justiça, e



Direitos da criança, garantias do ECA, importância dos conselhos tutelares e proteção ao adolescente estão em praticamente todos os títulos das palestras e publicações listadas no extenso currículo do juiz João Batista Costa Saraiva. Gaúcho de Taquari, o magistrado vem se destacando nacionalmente como um conhecedor e um defensor de tudo o que pode garantir o bem estar e os direitos das crianças e adolescentes. Falante e bem-humorado, Saraiva também é absolutamente apaixonado pelo que faz. O motivo ele não sabe definir com certeza, mas é bem provável que seus oito filhos – "tenho um Juizado da Infância em casa" – representem uma parte considerável nesta escolha. "Quando fui transferido para Porto Alegre, em 1991, a única decisão que tinha é que não seria mais Juiz da Infância, porque acreditava que essa jurisdição me fazia sofrer muito. Mas não estava nem um mês na cidade e fui convocado para assumir o Terceiro Juizado da Infância. E resolvi aceitar. Na verdade, acho que cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é, como diz o Caetano Veloso", explica Saraiva. Atualmente, ele é o Juiz Titular do Juizado Regional da Infância e Juventude de Santo Ângelo, para onde quis ir em 1994, quando da Regionalização dos Juizados de Infância e Juventude. Numa manhã de fevereiro, Saraiva conversou longamente com o EntreLinhas, e os principais trechos desta entrevista estão na seqüência.

EntreLinhas - Na sua opinião, quais são os motivos de tantas polêmicas em torno dos adolescentes nos dias atuais?

João Batista Costa Saraiva - Todos sabemos que a diferença entre adolescência e puberdade é um tema polêmico, já que a puberdade é um fenômeno fisiológico e a adolescência é um fenômeno psicológico. E eu não tenho dúvidas de que a adolescência, neste século 21, irá aos 30 anos e será reconhecida socialmente como tal. Na classe média já vai, enquanto que na periferia parece que não existe esse direito, mas mesmo assim ela é exercitada. Se hoje as pessoas têm dificuldade de reconhecê-la até os 18, ainda existem estes absurdos como reduzir a idade penal para os 16. Na minha opinião, o que podemos discutir é que tipo de responsabilização o adolescente precisa ter, não é o fato de ser adolescente que dá a ele uma carta de alforria, um passe livre. Mas é preciso ser uma responsabilização distinta do adulto, deve haver um sistema de atendimento próprio, justamente o que o ECA propõe e a gente ainda não conseguiu efetivar.

E - Que mecanismos fazem com que haja este prolongamento da adolescência e, ao mesmo tempo, este debate sobre a redução da idade penal?

Saraiva - A reforma da previdência aprovada recentemente consagra isso quando afirma que para se aposentar uma pessoa precisa ter 65 anos ou 35 de contribuição. Numa conta matemática básica isso significa que uma pessoa só precisa entrar no mercado de trabalho aos 30 anos, se entrar antes vai pagar mais do que precisa para usufruir dos benefícios. Recentemente, a lei do desarmamento também reforçou isso. Antes, era possível ter porte de arma aos 21 anos, agora fixaram os 25 anos como a idade mínima para ter uma arma. Isso sinaliza que há necessidade de um adiamento para alguém portar uma arma e, assim, falar de redução de idade penal está na contramão da história. Outra decisão completamente equivocada é a reforma proposta no código civil que reduziu a maioridade civil para 18 anos, o que significa que alguém com 18 anos já pode adotar um filho. Tudo isso entra nesta discussão de redução de idade penal, é interessante pontuar isso.

E - Mas, para o senhor, que critérios devem ser levados em conta no momento de se responzabilizar (ou não) um adolescente pelos seus atos?

Saraiva - Defendo a idéia de ter critérios objetivos para definir estas questões, porque isso nos dá uma segurança mínima de possibilidades de igualdade. A igualdade é uma utopia a ser perseguida numa democracia no sentido que só pode ser estabelecida pela Lei, porque ela não existe na prática. O poder do Estado de intervir na vida das pessoas tem que ser reduzido, definido legalmente, é preciso diminuir os espaços de discricionalidade (de liberdade para decidir). Se existem adolescentes com 40 anos ou adultos com 15 anos é necessário critérios objetivos e etários determinados porque, embora possam se cometer injustiças no caso concreto, no conjunto enquanto regra ele é a Justiça, porque estabelece um parâmetro de igualdade e se livra do subjetivismo. O psicólogo, quando faz um laudo, ou o juiz, quando toma uma decisão, pode colocar um carimbo na testa de uma pessoa, por isso são importantes as limitações dos operadores quando se trata da liberdade do cidadão. A convenção das Nações Unidas da criança fala no superior interesse da criança e diz que as decisões devem levar em conta isso. Mas o que é o superior interesse da criança?? Para mim, é o cumprimento da lei, o asseguramento das garantias feitas pela própria Lei, fora disso é o adulto dizendo o que é melhor para ela. Minha idéia enquanto julgador é procurar trazer o maior número de traços objetivos naquilo que respeita a possibilidade do Estado de restringir a liberdade de alguém. Senão, vamos estabelecer discursos de vanguarda, que são sempre perigosos. O código penal alemão do regime nazista era o mesmo que eles tinham antes, mas passaram a interpretá-lo de uma maneira em que interessava não o que o sujeito fazia, mas o que o sujeito era, e isso chamamos de Direito Penal de Autor. O que interessava ao regime nazista era se a pessoa era capaz de cometer um delito, se era potencialmente perigosa. Trazendo isso para o plano da infância, há juízes que acham que qualquer adolescente que anda pela rua precisa ser internado na FASE porque lá ele vai ter um lugar para dormir, comer e freqüentar escola. Só que ele não cometeu nenhum ato que justifique a privação da sua liberdade, nenhum adulto vai preso se não cometeu nenhum delito grave. Prender é uma violência, mas na área da infância querem aplicar o direito penal do autor, ou seja, querem internar as pessoas não pelo que elas fizeram, mas pelo que supostamente elas farão. E porque supostamente seria do superior interesse dele que fosse recolhido e não ficasse na rua, onde talvez esteja muito bem.

E - O senhor é contra a redução da idade penal. Quais motivos o levaram a este posicionamento?

Saraiva - Quando Dom João VI chegou ao Brasil a idade de responsabilidade penal era sete anos. D. Pedro II, por exemplo, já era considerado um adulto aos 14 anos, quando assumiu o Império. Mas isso acontecia porque havia uma expectativa de vida pequena, as meninas casavam com 12 anos e tinham filhos muito cedo. O problema é que em pleno século 21 ainda há muita gente que raciocina com a mentalidade do século 14, principalmente nestas questões da infân
rença. Aqueles que não reconhe
como um sujeito distinto do ad
rem reduzir a idade penal para
política negativa é a tutelar, que
criança e o adolescente são inc
norteava o código de menores.
com o ECA mas trabalha com e
que trata os adolescentes como
retardados, que são inimputáve
de de raciocinar. A doutrina da
de responsabilização proposte
paradigma da incapacidade, tan
lescente como pessoa em pecul
to. O ECA estabelece este novo
zes, como, por exemplo, no prim
trata de guarda, tutela e adoção
lescente, sempre que possível, s
mente considerada. Isso signifi
um sujeito que fala. O ECA, na
flito com a lei, construiu um m
lo de responsabilidade penal ju
diz que o adolescente é capaz, q
responsabilidades compatíveis
desenvolvimento. E criou um
retributivo, ou seja, se ele descu
o Estado vai sancioná-lo através
que podem ser melhoradas. Ter
dogma, mas eu acho que as coi
descaracterizadas. Outro proble
lescentes junto com adultos jo
mento de tensão por causa da
30% dos jovens internos tem m
está certo, precisamos criar um
que vão receber um outro atend
tem outra linguagem, já tem fa
internação não cumpre um pap
o jovem cometeu um delito en
adulto segundo a lei, ou jovem a
a vida adulta. O ECA, diferente
obra pronta e acabada, ainda p
uma normativa que assegure ma
almente ao adolescente que com
lo da discricionalidade.

**E - Se o ECA estabelece um novo
sabilidade penal juvenil, por qu
mento disso, havendo uma desc
adolescentes?**

Saraiva - A questão é conceitua
anonimato e precisa ser dito.
esta má compreensão da natu
educativa. Se apenas a sociedad
me preocuparia tanto, mas ex
de quem está operando este sis
desta mesma clareza conceitua
integral. Hoje estamos cheios
que trabalham com a doutrin
am trabalhando com a idéia da
resse da criança. Estes são os p
ECA não é bonzinho, não é um
responsabilidade penal juvenil
meno jurídico que faz com que
de de alguém, precisa se basear
de direitos. Uma pessoa só po
proibida, ninguém pode pren
dando pela rua, ninguém está

João Batista Costa Saraiva

ı fico com a justiça"



Foto: Mila Pretillo

a, nas quais há muita indife-
m a criança e o adolescente
o são exatamente os que que-
4 anos ou até menos. Outra
abalha com a lógica de que a
azes, e esta era a política que
oje há muita gente que opera
paradigma da incapacidade,
e fossem loucos, quase como
por causa da sua incapacida-
oteção integral e esse modelo
elo ECA romperam com o
que define a criança e o ado-
condição de desenvolvimen-
aradigma e faz isso várias ve-
ro parágrafo do artigo 28 (que
uando diz: a criança e o ado-
ouvido e sua palavra devida-
que ele não é um incapaz, é
estão do adolescente em con-
elo que chamamos de mode-
nil. Isso significa que o ECA
ele tem discernimento e tem
m a sua peculiar situação de
odelo de responsabilização
orir a norma que é para todos
as medidas sócio-educativas,
ente que acha que o ECA é um
podem ser melhoradas e não
é que não se pode deixar ado-
s. Hoje a FASE vive um mo-
perlotação e porque cerca de
de 18 anos. Este modelo não
delo de jovem adulto, pessoas
ento. Um jovem de 18 anos já
ília, é outra realidade. Aquela
orrecional e nem pedagógico,
nto adolescente mas já é um
lto, está entre a adolescência e
que muitos falam, não é uma
isa ser complementado com
garantias de cidadania, especi-
u ato infracional, para protegê-

radigma com relação a respon-
a sociedade não tem conheci-
ça do poder da lei para com os

O óbvio precisa ser tirado do
ios fatores contribuem para
a jurídica da medida sócio-
esconhecesse as medidas não
uma falta de conhecimento
a, nem todos compartilham
que seja o ECA e a proteção
minoristas operando o ECA,
situação irregular, continu-
apacidade e do superior inte-
eiros que nos atrapalham. O
izinha, criou um modelo de
ma lei garantista, este fenô-
stado, para cercear a liberda-
m sistema rígido de garantia
ser presa se sua conduta foi
um menino que estiver an-
orizado a levá-lo para lugar

nenhum, ele não está cometendo nenhum delito. Mas os minoristas acham que este menino precisa estar no abrigo, eles têm dificuldade em admitir que o ECA tem um modelo de responsabilidade e por isso caem em contradição diante da opinião pública. Eles dizem para a opinião pública que colocar o garoto na FASE é para o bem dele enquanto a gente sabe que isso é um mal, que até poderá ser necessário, mas é um mal. Mas a gente sabe que ser privado de liberdade é um mal para qualquer pessoa no mundo, nem que isso aconteça dentro do Hotel Sheraton.

E - O que, na sua opinião, deveria ser mais difundido em relação ao ECA?

Saraiva - A opinião pública desconhece como o ECA é organizado, que faz um distinção clara do que chamamos de sistema de garantias. O primeiro sistema é universal e está no artigo quarto do estatuto e é para todas as crianças e adolescentes, assegura todos os direitos fundamentais. Isso é obrigação do Estado e da sociedade. Quando conseguirmos torná-lo efetivo, os outros dois vão estar menos sobrecarregados. O ECA também prevê um sistema secundário, chamado de medidas de proteção, que está no artigo 102. Vem direcionado por uma concessão que chamamos de "crianças e adolescentes em situação de risco", que é um conceito muito ambíguo e deixa as pessoas sujeitas a medidas de proteção que são uma atribuição do Conselho Tutelar. Mas esta situação de intervenção do CT deveria ser melhor definida, mais explicitada, ninguém impede que o CT entre numa casa e julgue como o pai está educando seu filho. O terceiro sistema de garantias do ECA é sistema de responsabilidade penal e juvenil, que são as medidas sócio-educativas, voltadas para adolescentes que cometeram delitos. E delito, para adolescente, é a mesma coisa que é para adultos. E é este sistema que precisa ser conhecido e melhorado, mas o aprimoramento precisa acontecer dentro do sistema e não fora dele, não se pode resolver a questão da delinqüência juvenil estendendo para os adolescentes o modelo do sistema penal adulto que não dá conta do seu público e também precisa ser repensado. Não é difícil aprimorar este sistema, claro que é preciso uma lei de execução de medidas sócio-educativas regulamentando o processo inicial e o aperfeiçoamento de alguns dispositivos do ECA. O Jorge Luiz Borges tem uma frase genial: "Texto acabado ou é conceito religioso ou é um conceito preguiçoso". Não é a toa que nesta área do ECA os que mais lutam para manter tudo como está são os representantes da Igreja, com quem é preciso articular questões complicadas por causa do dogma e do discurso do amor, que complica muito, é um discurso perverso. Prefiro trabalhar com o conceito de justiça, entre o amor e a justiça eu fico com a justiça, o amor não tem limites, as pessoas até matam em nome do amor.

E - Em que outros setores da sociedade o senhor observa uma falta de conhecimento do ECA?

Saraiva - Um exemplo são as escolas, nas quais faltam vagas e têm um sistema ultrapassado. As escolas não estão preparadas para trabalhar com o diferente, estão formatadas para um modelo e hoje em dia tudo foge a este modelo. Há alguns anos, o Instituto Data Folha fez uma pesquisa para verificar quais seriam as categorias profissionais mais refratárias ao ECA. Havia a expectativa de que fosse o pessoal da policia e que até o judiciário dissesse não ao ECA, mas a decepção foi muito grande ao se constatar que 86% dos professores ouvidos rejeitavam o ECA. Isso é simbólico, o professor resolveu atribuir ao ECA a responsabilidade pela sua incompetência, e isso aparece para o grande público. O Ministério Público criou um mecanismo chamado de ficha de acompanhamento de aluno infreqüente, que é só um lado da moeda. Tem como objetivo colocar os alunos de volta na escola, mas não se cogita a questão do aproveitamento, pensam só na freqüência, e o aluno vai para um escola que ele não gosta e onde ninguém gosta dele. Ele é um aluno especial, precisa de processo de transição, o processo de exclusão da escola também é feito pelo aluno, ele não quer a escola e a escola não o quer e o Estado obriga os dois a se amarem.

E - Como o senhor acha que a Psicologia pode contribuir e se relacionar com o Direito?

Saraiva - A queixa do psicólogo é que ele não é ouvido pelo juiz, que não existe uma interlocução. Mas qual é a queixa do juiz? É que o psicólogo, no seu laudo, não diz o que o juiz gostaria de encontrar. Isso acontece porque o psicólogo escreve em grego enquanto o juiz fala em latim, os dois têm linguagens diferentes, e o mesmo acontece com outros profissionais, como o assistente social. Isso cria um problema, porque precisamos melhorar a interdisciplinaridade, ou seja, o pessoal do Direito precisa aprender um pouco de Psicologia e vice-versa. Os psicólogos precisam conhecer a legislação, porque isso é uma questão não só do advogado, mas é um problema de cidadania. Precisa fazer a leitura da lei de acordo com o seu mundo, trabalhar os seus laudos dentro das questões que estão relacionadas ali e da solução que precisa ser encontrada. Os conceitos usados na Psicologia não são os mesmos usados no Direito, há várias palavras que só têm sentido se forem usadas no contexto da própria disciplina. No mínimo, temos que aprender alguns conceitos, senão não vamos conseguir nem entender o trabalho do outro.

E - E o papel dos conselhos tutelares neste processo?

Saraiva - O Conselho Tutelar como instituição é uma conquista democrática importante, um avanço. Mas sua regulamentação ainda deixa a desejar, precisa se profissionalizar e se qualificar, o CT não é emprego. Alguns reproduzem os velhos juizados de menores, com abuso de poder, autoritarismo, ausência de defesa. O ECA partiu de um ideal de que os conselheiros são pessoas maravilhosas e preocupadas com o adolescente. Isso precisa ser regulado, as câmaras municipais devem regulamentar o funcionamento dos conselhos tutelares, inclusive seus procedimentos. Se não, o CT que é uma idéia fantástica, pode se perder pela ineficiência e um autoritarismo desqualificado.

E - Há perspectivas de aprimoramento do ECA?

Saraiva - Hoje existe um movimento forte de propostas para melhorar o ECA que vem tomando corpo, mas esbarra em alguns aspectos. O Brasil tem três cânceres, que são a incompetência, a corrupção e o corporativismo. As pessoas não estudam, não conhecem nem sua história, quanto mais sabem que a construção da cidadania é um processo que vem há séculos. Outras se locupletam de certas situações, como manter instituições que cuidam de crianças e receber muito dinheiro por isso, o mesmo caso de algumas ONGs. Por outro lado, temos conseguido avanços importantes no plano da discussão doutrinária, algo que é fundamental que entre na Psicologia para também entrar no Direito. Tem gente que não faz diferença entre uma pessoa relativamente capaz e um doente mental, há um segmento importante do judiciário que pensa assim... Nosso trabalho é desconstruir este paradigma da incapacidade, é mostrar que a criança e o adolescente são sujeitos em peculiar condição de desenvolvimento. Não vamos discutir discernimento, mas sim o seu processo de desenvolvimento e suas capacidade e responsabilidade compatível com este processo. Na realidade em que vivemos é importante trabalhar com critérios objetivos, o que nos protege contra o arbítrio. Na democracia vamos ter avanços e retrocessos, como o ECA, que é um avanço mas que também trouxe dentro de si itens que permitirão um retrocesso...



Mídia e juventude

Rosa Maria Bueno Fischer
Doutora em Educação, professora da UFRGS, autora de *O mito na sala de jantar – discurso infanto-juvenil sobre televisão*

Conforme inúmeros estudos recentes têm demonstrado[1], os jovens estariam se constituindo, nas últimas décadas, verdadeiro modelo cultural para a sociedade contemporânea. Com as enormes mudanças que acompanhamos, relativas à definição das fases da vida, ao reordenamento do Estado quanto à proteção social das populações, ao envelhecimento postergado, etc, ao contrário de assistirmos a uma maior tolerância em relação aos mais velhos, vivemos hoje, cada vez mais, a valorização da adolescência e da juventude como os grandes lugares de chegada e de permanência: crianças, especialmente meninas, são convidadas cada vez mais cedo a se tornarem adolescentes; jovens de 20 ou 24 anos prolongam sua permanência na vida da família de origem; adultos de todas as faixas de idade são estimulados a permanecerem eternamente jovens. Há um estilo de vida jovem, um conjunto de valores, da vida jovem, que tende a se tornar padrão para a sociedade mais ampla. E a mídia parece estar sendo a grande divulgadora desse acontecimento. A seu modo, é claro.



É exatamente a esse grupo, adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos, que inúmeros produtos têm sido destinados, de modo especial a partir do início dos anos 90. Crianças e adolescentes, adultos também, aprendem na TV, no rádio, nas revistas e jornais novos modos de compreender o que é da esfera pública e o que é da esfera privada. A tendência hoje é politizar a vida privada, no sentido de torná-la pública pela mídia; e, ao mesmo tempo, privatizar a vida pública, na medida em que decisões ou opções políticas tendem a transformar-se cada vez mais em problemas de consciência individual, e não em questões de debate público; ou ainda, na medida em que cada vez mais atores públicos do mundo da política "precisam" expor sua vida privada ou são por ela avaliados e julgados.

Especialmente com a televisão, tem-se uma visibilidade do outro e de si mesmo que escapa ao controle dos sujeitos, e isso atinge fortemente o grupo adolescente e jovem, na medida em que é a ele que se destinam inúmeros produtos, sejam eles filmes, novelas, comerciais, *talk shows*, musicais, e assim por diante, os quais tratam exatamente de formas, modos de existência em comum – veja-se o sucesso dos *reality shows* entre os mais jovens, como o *Big Brother Brasil* entre nós, por exemplo, ou de seriados norte-americanos como *Friends*, ou a própria "novelinha" adolescente *Malhação* da Rede Globo, entre tantos outros.

Tenho buscado discutir essas questões, especialmente a partir de pesquisas como a que realizo no momento, intitulada Mídia, juventude e reinvenção do espaço público. Como a cultura midiática contemporânea delineia, propõe, situa, sugere, estimula formas de existência "coletiva", através de seus *shows*? O pressuposto é que, conforme Hannah Arendt[2], o público – e, portanto, o político – só pode ser pensado como ação, como ação performativa, agonística, como acontecimento, como irrupção; enfim, como interrupção de todos os processos automatizados, totalizantes. Daí temos uma nova pergunta: como pensar o político hoje, práticas coletivas de existência, se a ordem é a competitividade acirrada, generalizada, a qual, por sua vez, coloca no centro a disputa pelo corpo mais belo, mais jovem e mais "trabalhado"? Como incentivar o olhar generoso sobre o outro, a escuta do outro, quando todo o investimento se faz no sentido de apresentar aquilo que é da ordem do público como um fardo indesejável?

Programas de TV como o *Big Brother Brasil 4*, veiculado pela TV Globo neste início de ano, à moda dos anteriores e de todas as demais versões, em vários países, são plenamente exemplares nesse sentido: estar junto, conviver, trocar, significa, antes de mais nada, exibir um corpo belo, com musculatura perfeitamente definida, mostrar-se disponível a meteóricas paixões, aceitar o amor à banalidade – sempre tendo como meta a eliminação do outro (detonar, excluir, eliminar são os verbos "da hora"), a concentração das energias na anti-convivência, na anti-criação, na obediência ao *script* midiático, na anti-experiência, em nome de um possível prêmio em dinheiro e de um sucesso que reproduzirá, num ciclo interminável (mas paradoxalmente efêmero), a própria cultura da mídia.

Para Arendt, o terror dos regimes totalitários foi (e é) responsável por aniquilar a individualidade humana, a espontaneidade dos sujeitos individuais e dos grupos, enfim, a criativa ação humana, justamente por apostar no Grande Homem, numa espécie de coletivo que acaba por cingir a pluralidade, dissolvendo-a numa imensa massa informe, característica também desta sociedade, batizada de sociedade da informação ou sociedade do conhecimento – que Zygmunt Bauman[3] chama de sociedade individualizada.

No contato com os grupos de jovens e adolescentes[4], só para citar um exemplo, foi possível mostrar algumas das linhas de força que regem a construção de produtos como *Malhação*, há quase nove anos no ar na Rede Globo. Esse programa reitera o quanto adolescente é um ser de classe média, que se

1 Por exemplo: HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos – o breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
2 ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
3 BAUMAN, Zygmunt. *La sociedad individualizada*. Madrid: Cátedra, 2001.
4 Fiz a pesquisa em 2003 com cinco grupos de recepção, todos em Porto Alegre (RS): alunos de Ensino Médio de uma escola particular e de uma escola pública estadual; alunos de uma escola destinada à educação de trabalhadores, jovens e adultos não escolarizados no tempo normal; calouros do curso de Comunicação e alunos do quarto semestre do curso de Pedagogia – ambos da UFRGS, para os quais foram exibidos, programas e comerciais de TV relativos a algum tipo de experiência "jovem".
5 Ver a propósito: FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

reduz a sexo, a escolhas amorosas, a escola, a conflitos familiares, e o quanto também a mídia está ali, se autopropondo como meio predominantemente educativo, pedagógico e didático. Cria-se um conjunto de estratégias de acolhimento desse público, de formas de identificação, mesmo quando se trata de espectadores cujo perfil, *a priori*, não se enquadraria nos tipos humanos encarnados pelos personagens. Assim é que meninas e meninos de escola pública, de classes populares, afirmam identificar-se com os personagens de *Malhação*, porque ali se fala deles, das mais simples banalidades que sentem e vivem, escolhas, sucessos e insucessos amorosos, relação com os pais, etc. Não importa a verossimilhança; importa para eles que ali se fala do desejo de amar e ser amado, do medo da traição, dos conflitos de gerações, do grande segredo do sexo, do pavor da morte, entre outros temais cruciais.

Tais ingredientes passam a ser a força maior das narrativas, não só ficcionais mas também jornalísticas, mesmo quando o tema é a vida escolar, a participação política, a história de um povo ou um acontecimento político qualquer. E recebem um tratamento particular. O que se propõe ali é a máxima de que esta é, sobretudo, uma "sociedade dos indivíduos" Numa sociedade assim, o bem ou o mal que produzimos ou que sofremos parece que se deve exclusivamente a cada um de nós. Se é esse o axioma que conduz as narrativas das vidas, especialmente das vidas jovens na TV, e se é assim que os estudantes também se narram, é também verdade que, nos momentos de encontro (nos debates com os grupos), irrompem outras linhas de força: aquelas que nos falam das contradições, das incompletudes, das perplexidades, do inesperado. A "vontade de saber"[5] sobre o jovem, sobre o adolescente, que parece ser imensa, e a condição de não-totalidade e de enigma, do próprio adolescente, em relação ao adulto (e vice-versa), funcionam como atração para a mídia (que procura ocupar todos os espaços "vagos" dessa condição, narrando-a incessantemente). Ao mesmo tempo que tais narrativas cercam esse sujeito "infame", o qual deseja de alguma forma transgredir – não usando preservativos na relação sexual, por exemplo, como aparece nos debates e na TV –, há, parece-me, outros desejos, o de escuta, de experimentação também, que talvez possam ser vividos para além do que lhes ensinam a mídia, o mercado e a publicidade.

Adultos, pais, professores, psicólogos, talvez precisem ouvir mais essa "gurizada", convidando-a a um tipo diferente de atitude: disponibilidade de nos inserirmos no mundo, de arcar com as conseqüências, de abandonar nossos esconderijos, não para mostrar a medida exata do corpo mais belo ou do sucesso narcísico de nosso último feito, como escritor, como cantor, como político ou como ator de teatro e TV. Mas sim disponibilidade de sair do esconderijo para conviver com o outro, para expressar-nos, para agirmos, dividirmos poder e, nessa condição, sermos singularidade também.



Conselho Tutelar: um caminho a ser descoberto

Carmen Lopes
Conselheira Tutelar da 2ª Microrregião – Porto Alegre

A partir da criação do ECA a criança e o adolescente, neste país, passaram a ser considerados sujeitos de direitos, por serem pessoas em condições peculiar de desenvolvimento. Importante salientar que Porto Alegre foi a primeira cidade a implantar, no Brasil, o Conselho Tutelar.

O legislador, preocupado de como "cuidar" para que esses direitos fossem dignamente respeitados, criou o Conselho Tutelar com o intuito de ser o órgão responsável para zelar por esses direitos, garantindo a proteção absoluta da criança e do adolescente, agora reconhecidamente pessoas (sujeitos de direitos).

É necessário primeiro saber que, conforme preconiza o ECA (art.131), o Conselho Tutelar é "*órgão permanente* (só pode ser desconstituido mediante alteração da Constituição Federal), *autônomo* (completamente independente do poder público, para exercer sua função/atribuição), *não jurisdicional* (não aplica leis, não é punitivo, não é órgão da Justiça), encarregado pela sociedade de zelar (fiscalizar/cuidar) *pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes*". Assim, devemos observar, com todo cuidado, os termos ZELAR PELOS DIREITOS e ATENDER OS DIREITOS. Na compreensão da diferença entre zelar e atender reside a apropriação de saber quais são as reais atribuições do Conselho Tutelar.

Observa-se, podemos de certa forma simplificar, que zelar é ter o encargo social para fiscalizar se os vários segmentos da sociedade (família, comunidade, poder público) estão atendendo os direitos da criança e do adolescente, que gozam de prioridade absoluta, nestes aspectos: "*vida, saúde, educação, alimentação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária*" (art. 4º, do ECA).

Temos que nos convencer que o papel do Conselho Tutelar não deve ser aquele de "apagar incêndios", mas sim de tensionar, na expectativa de alterar hábitos e costumes, no que respeita ao tratamento dessa sociedade que atende à criança e ao adolescente, assim como buscar a ampliação do atendimento e da proteção aos direitos, indicando ao Conselho de Direitos e ao Executivo Municipal, as carências e ou ausências de recursos para atendimento dessas necessidades.

Apontar para esses segmentos que criança e adolescente não são mais objetos e ou indivíduos incapazes, mas sim, repita-se, seres sociais em condição peculiar de desenvolvimento e que todo atendimento não satisfeito e não cumprido cabe a ele, Conselho Tutelar, fazer cumprir.

Chamamos a atenção! NÃO DEVE o Conselho Tutelar, no desempenho de suas funções, assumir papel que compete ao Estado, por exemplo, na execução das políticas públicas, e sim utilizar o poder que lhe confere o ECA, aplicando as medidas previstas (arts. 101 e 136), para exigir o cumprimento dos deveres do Estado, sociedade e família, cada área na medida de sua competência.

A bem da verdade, deve-se salientar que qualquer falta de atendimento de um direito preconizado no ECA não deverá ser visto como falha do Conselho Tutelar, mas sim como falha do sistema, por não priorizar, ainda, a proteção legalmente constituída.

Podemos salientar, também, dentro da perspectiva da atribuição legal de zelar pelos direitos da criança e do adolescente, que o papel do Conselho Tutelar é essencialmente político e não técnico, por isso a importância de os(as) representantes da sociedade que compõe esse órgão, como foi sabiamente determinado pelo legislador (ECA, art. 132), devem ser escolhidos pela comunidade local e de forma mais democrática ainda, pelo voto direto.

Por tudo isso, a importância de um Conselho Tutelar cada vez mais forte, de representatividade social efetiva, realizando ações políticas e não técnicas, cobrando de quem deve atender, responsabilizando os omissos, agindo no sentido de mudar o sistema.

Neste sentido, devemos chamar a atenção para o fato de que no próximo dia 30 de maio um importante ato cívico acontecerá em nossa cidade: a eleição dos Conselheiros Tutelares para o triênio novembro de 2004, outubro de 2007. Primeiro, não podemos deixar de participar deste importante acontecimento, é a hora de renovar o que tem que ser renovado e poder manter o conseqüente. Assim, devemos nos apropriar procurando obter todas as informações necessárias para não só participar, mas também como participar, visto não ser um voto obrigatório, ainda que devidamente acompanhado pelo Tribunal Regional Eleitoral. Informe-se, participe e cumpra seu dever de cidadão (ã).

Um olhar sobre a adolescência



O CPCA – Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis –, é uma instituição integrada à rede de proteção à infância, à juventude e à família. Atualmente o Centro desenvolve três programas: Serviço de Apoio Socioeducativo (SASE), Trabalho Educativo e Apoio Sócio-Familiar. Observando atentamente nosso trabalho, percebemos o quanto é necessário dar a devida atenção à criança e ao adolescente, justamente por estarem numa fase tão peculiar de desenvolvimento. Com nosso trabalho socioeducativo podemos imprimir marcas significativas nesta fase estruturante de suas vidas.

Frei Luciano Bruxel
Diretor do CPCA, membro do Conselho da Criança e do Adolescente de Porto Alegre

O nosso olhar tem uma opção especial - o adolescente em situação de vulnerabilidade - pois os diferentes contextos e espaços de vida fazem diferença na história de uma pessoa. Três aspectos impactantes na adolescência nos chamam maior atenção: baixa auto-estima, frágil internalização dos limites e a falta de perspectivas frente ao futuro.

A baixa auto-estima produzida pela exclusão social desmobiliza o potencial dinâmico próprio desta fase, além de a sociedade imprimir um sentimento de culpabilidade pela pobreza. Não queremos diminuir aqui as responsabilidades dos sujeitos frente a suas situações existenciais, mas criticamente olhar a história e seus processos de exclusão e dominação. Os adolescentes possuem um profundo sentimento de inferioridade e, para eles, suas vidas têm pouca significação para o mundo. Isto os desmobiliza e não os motiva ao estudo e busca de resolução dos problemas do cotidiano. Neste contexto existencial, não raras às vezes, muitos buscam se afirmar de forma negativa, pela violência, uso de drogas e pelo medo que provocam. Esta realidade foi muito bem evidenciada no filme brasileiro *Cidade de Deus*.

O sentimento de inferioridade nesta fase de afirmação de identidade do adolescente rumo à autonomia da vida adulta, bem como a capacidade de tomar decisões com maturidade, tornam-se experiências cada vez mais complicadas, especialmente para o marginalizado. Nossa cultura dominante apresenta mil e uma possibilidades de vida e afirma o sujeito pelas opções que faz, por atributos e adjetivos que conferem maior ou menor importância à pessoa. O domínio da informação, a posse de tecnologias, titulações, prestígio social e a capacidade de consumir produzem um sentimento real de relevância no mundo, por outro lado, os que pouco ou nada possuem, os que estão em defasagem escolar, aqueles que não podem consumir e são constantemente excitados pela mídia se frustram e cultivam um sentimento de baixa estima, nesta fase de afirmação decisiva na vida.

Penso que está aí uma das razões de muitos atos infracionais envolvendo adolescentes inconformados com sua situação e buscando de todas as formas satisfazer seus desejos. Cabe aqui problematizar a questão da redução da idade penal, que não é solução e sim uma transformação de modelo cultural, político e econômico que produz tantas distorções.

Outro desafio associado à estima é o problema da frágil internalização do referencial de autoridade e do limite. Percebemos que cada vez mais as crianças acabam tendo menos tempo de convívio com os pais e passam grande tempo interagindo sozinhas com brinquedos eletrônicos, fliperamas, ou com outras crianças na rua, o que gera um tipo de subjetivação em que a relação com a autoridade é pouco expressiva. Hoje talvez esse problema de autonomia não referenciada em parâmetros de autoridade (não refiro a submissão passiva) produz cada vez mais dificuldades de convívio e trabalho em grupo. A escola é o espaço privilegiado para percebermos a falta de limites. Esse problema não é só do adolescente, mas sobre ele os efeitos são maiores. Segundo especialistas no estudo da violência, está aí um dos grandes problemas: como estimular o convívio humano sem uma base ética de valores internalizados coletivamente.

O terceiro aspecto é a falta de perspectiva de futuro do adolescente em relação a sua inserção no mundo do trabalho. Hoje, com o rápido avanço técnico-científico as novas tecnologias ocupam o espaço de trabalho humano e absorvem apenas mão-de-obra altamente qualificada. Este processo ampliou a exclusão e ao mesmo tempo acirrou concorrência pelos poucos novos campos de trabalho.

Muitos adolescentes não conseguem visualizar um futuro com horizonte positivo e acabam servindo de mão de obra barata e instável. Hoje temos muitos jovens sem trabalho vivendo uma ociosidade sem rumo; aliado a esta realidade percebe-se a falta de espaços saudáveis de lazer, de diversão e espaços para manifestações culturais e artísticas.

O trabalho institucional que desenvolvemos, voltado ao adolescente, é denominado Trabalho Educativo, e o mesmo está estruturado em três níveis de formação: a básica, a específica e a de gestão. Este trabalho tem evidenciado grande êxito na vida dos adolescentes integrados neste programa. Na formação básica procuramos trabalhar o sujeito e suas relações em todos seus âmbitos – pessoal, interpessoal, com o meio ambiente e com Deus. Através de dinâmicas de grupo, atividades lúdicas e pedagógicas, intencionalmente pensadas, procuramos trabalhar a auto imagem do adolescente resgatando sua auto-estima e um convívio harmônico em grupo, criando formas de expressão positivas na artes, na música e nos esportes.

Com muita astúcia trabalhamos a construção de regras de grupo, atentando a construção dos limites e uma relação equilibrada com a autoridade constituída nos diferentes espaços. Percebemos quanto o convívio de grupo e os espaços de partilha e escuta por si só são altamente terapêuticos.

Na formação específica, articulada com a formação básica e de gestão trabalhamos as habilidade próprias de cada área – a informática, culinária, corte de costura etc. O processo prático de uma ação específica é altamente envolvente e a preocupação de situar começo, meio e fim auxilia na internalização positiva da capacidade do adolescente realizar com êxito uma ação.

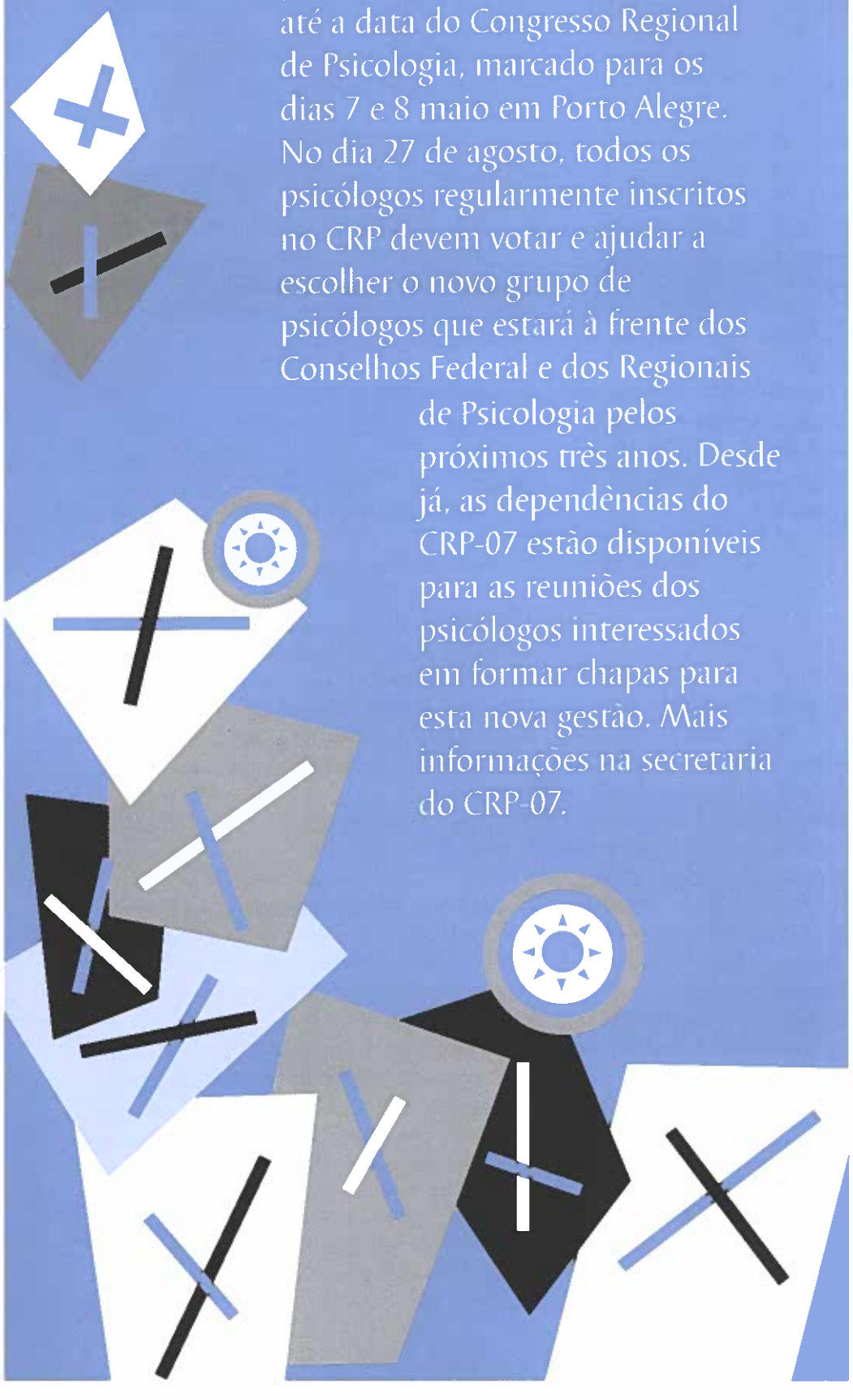
O desenvolvimento da habilidade de gestão tem sido um espaço privilegiado de projeção do futuro. Reconhecemos o quanto é importante discutir criticamente o mundo do trabalho e construir possibilidades de inserção no mesmo. Decorrente desta ação percebemos que é fundamental construirmos com o adolescente projetos de vida, ajudando-o na afirmação da sua identidade, aprendendo a relativizar os problemas do cotidiano e mobilizando criativamente seu potencial.

Em síntese, podemos dizer que nosso adolescente precisa de apoio e reconhecimento pessoal para crescer em um espaço de convívio coletivo com regras firmadas sobre valores éticos, construindo uma vida com dignidade e solidariedade.

CRP-07 prepara eleições para o próximo triênio

Em assembléia realizada no dia 12 de fevereiro, foram eleitos os integrantes da comissão que vai conduzir o processo de eleições no CRP-07. São eles os psicólogos Eduardo Cavalheiro Pellicioli, Homero Diaz de Almeida e Ana Cristina Mitidiero.

As inscrições de chapas para a próxima gestão devem ser feitas até a data do Congresso Regional de Psicologia, marcado para os dias 7 e 8 maio em Porto Alegre. No dia 27 de agosto, todos os psicólogos regularmente inscritos no CRP devem votar e ajudar a escolher o novo grupo de psicólogos que estará à frente dos Conselhos Federal e dos Regionais de Psicologia pelos próximos três anos. Desde já, as dependências do CRP-07 estão disponíveis para as reuniões dos psicólogos interessados em formar chapas para esta nova gestão. Mais informações na secretaria do CRP-07.



ELEIÇÕES E CONSELHO

Homero Diaz de Almeida
Psicólogo da Comissão Regional Eleitoral

A melhor convocação para uma participação representativa nas próximas eleições para o CRP pode residir numa tomada de consciência específica: já atingimos, proporcionalmente à população do Estado, o índice de um psicólogo para cada mil habitantes.

Mas nossa representatividade nas assembléias em que se delibera e se decidem questões e implicações fundamentais para a profissão têm apresentado, historicamente, um quórum que chega a ficar aquém das plenárias das reuniões dos conselheiros diretores. O que também revela o alto grau de difusão de nossa categoria profissional, assim como sua vocação pouco corporativa.

Os conselheiros que vamos escolher no dia 27 de agosto próximo vão conduzir a gestão de uma entidade que tem um papel essencial desde a sua criação, um fato que representou o fundamento – num contexto de realidade perpassado pela vitalidade das forças corporativas – para a legalidade e a legitimidade da nossa prática profissional, e não só disso, mas também do seu reconhecimento como campo de atividade que tem identidade, competência e *autoridade* em sua esfera de atuação. Temos nele a garantia de que essa legitimidade, duramente consolidada, não se esboroe, não seja confundida e não seja de alguma forma invalidada.

Mas, o advento e a moção do Ato Médico, como fato aparentemente imprevisto, talvez nos deva fazer questionar se, como categoria profissional, temos essas questões suficientemente claras e se temos conceitos e estratégias quanto à atitude de classe em relação a essa vitalidade.

Então, melhor convocação não deve haver senão que, para além do importante processo eleitoral, cuja integridade a Comissão Eleitoral tem a função de assegurar, essa já ampla categoria profissional agregue uma sistemática e permanente demanda de sua presença e de sua exigência - solidária e incômoda - nas futuras gestões do Conselho.



Mostra de Práticas reúne psicólogos na Região da Serra

VENHA PARTICIPAR CONOSCO

A proposta: **compartilhar experiências, rever colegas e descobrir novas formas de trabalhar com a Psicologia.**
Quando: **dia 15 de maio, a partir das 9h**
Público: **psicólogos e estudantes de Psicologia**
Local: **auditório do Bloco H da Universidade de Caxias do Sul.**

• O encontro vai abrir espaço para comunicações orais e apresentações de pôsteres, culminando com uma conferência do psicólogo Jorge Broide (veja entrevista abaixo).
• A inscrição de trabalhos já está aberta e pode ser feita até o dia 12 de abril na Seção Serra do CRP-07 (em Caxias do Sul) ou através do e-mail crpcaxias@terra.com.br. Serão aceitas apresentações de até três trabalhos por pessoa, de autoria individual ou coletiva, nas modalidades pôster ou comunicação oral. As inscrições são gratuitas, com direito a certificados de participação para os psicólogos que apresentarem suas práticas.

I MOSTRA DE PRÁTICAS DA PSICOLOGIA NA REGIÃO DA SERRA

Uma realização do CRP-07 com o apoio do Departamento de Psicologia da UCS e Sociedade de Psicologia do RS. Mais informações pelo telefone (54) 223.7848 ou no site www.crp07.org.br



Fotos: Walter Cruz

Jorge Broide

A clínica como elemento de transformação

Uma questão vem acompanhando o psicólogo e psicanalista Jorge Broide em todo o seu trajeto desde o início de sua formação: como o pensamento clínico pode contribuir, sem perder o rigor e a profundidade, nas mais diferentes situações sociais. Sempre motivado por esta inquietação, o conferencista da I Mostra de Práticas da Psicologia na Região da Serra desenvolveu o mestrado em Psicologia Clínica na PUC de Campinas sobre a Psicoterapia psicanalítica, realizada através de um grupo operativo desenvolvido na rua com adolescentes e adultos e está finalizando a tese de doutorado em Psicologia Social na PUC de São Paulo, onde aborda a violência que se abate sobre a juventude das periferias nos centros urbanos. Já são quase 30 anos de trabalho no consultório e junto a populações que vivem em situações sociais limites. Atualmente, além da área empresarial, vem desenvolvendo junto à ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Auto Gestão) e a Secretaria Nacional da Economia Solidária do Ministério do Trabalho uma ação com as cooperativas de trabalhadores e empresas de autogestão em todo país.

Quais são as referências que o senhor leva para o seu trabalho em situações sociais tão distintas?
Levo sempre a referência da Psicanálise junto a uma visão aprofundada do processo social, ou seja, de como as relações sociais se apresentam de forma consciente e inconsciente nos sujeitos, nos grupos e nas instituições. Esta abordagem nos remete a outras áreas do conhecimento, tais como a economia, a sociologia, a filosofia, entre outros. A partir destes referenciais, a minha experiência diz que a praxis clinica pode ser desenvolvida em qualquer situação social, isto é, numa empresa, com adultos e crianças de rua na própria rua, nas instituições de saúde, nas cooperativas de trabalhadores, etc.

A partir da sua experiência, quais os desafios que o senhor ressalta no trabalho do psicólogo que se envolve com as questões sociais?
O maior desafio é se manter pensando. Isto porque a realidade é sempre avassaladora, urgente e a nossa tendência é reagir de forma imediata. O pensamento clínico, por outro lado, nos leva a agüentar o desconhecido, aquilo que ainda não tem idéia e palavra e aparece de forma modificada, enquanto sintoma e contendo manifesto. A maior dificuldade é realizar esta escuta e operar em função dela.

Como o senhor definiria o trabalho do psicólogo neste momento de transformações sociais?
Primeiro eu diria que muitos de nós nos formamos com uma visão de que o trabalho nobre é o do consultório e o que se faz fora dele tem status menor. Não penso assim. Como dizia, para mim o trabalho nobre é o pensamento clínico no consultório e no mundo. Isto faz com que nos defrontemos com as situações sociais mais variadas, sendo que inúmeras delas são novas, fruto de nosso mundo em crise e constantes transformações. Creio que devemos enfrentá-las encontrando novos campos de trabalho e abrindo espaço para uma visão mais profunda, ética e transformadora das relações humanas e sociais.

agenda

As informações da agenda são atualizadas semanalmente no site
www.crp07.org.br

Especialização em Avaliação e Intervenção em Psicologia
Curso com início em março
Inscrições abertas na Universidade de Caxias do Sul
Informações (54) 218.2437 ou 218.2228 ou www.ucs.br

XIV Congresso Brasileiro de Psicodrama
De 09 a 12 de Junho de 2004, em Belo Horizonte (MG)
Informações www.febrap.org.br

Coordenação de Grupos, Análise Institucional e Grupo e Família
Cursos com inscrições abertas no Instituto Pichon-Rivière
Informações (51) 3331.7467 ou www.pichonpoa.com.br

Especialização em Psicoterapia de Adultos Maduros
Curso com início em abril
Inscrições abertas no CLAM
Informações (51) 3328.0622 ou www. clam.emed.com.br

Formação em Terapia de Família
Início em março
Inscrições abertas no DOMUS
Informações (51) 3336.3022 ou domusctf@terra.com.br

Aprendendo a trabalhar com a obesidade mórbida
Início em abril de 2004
Inscrições abertas no Instituto Brasileiro de Estudos da Obesidade Mórbida (IBEOM)
Informações (51) 3332.4277

Supervisão de estágio em Psicologia e Psicoterapia Psicanalítca
Cursos com a coordenação dos psicólogos Isacc Sprinz, Suzana Notti e Marisabel de Oliveira
Inscrições abertas no ESIPP
Informações (51) 3338.9878

III Congresso Sul Americano de Criatividade / VIII Jornada Gaúcha de Arte-Terapia / V Encontro de Terapias Expressivas
Tema: Arte, Terapia e Inclusão Social
Dias 28 e 29 de maio no Continental Hotel (Porto Alegre)
Inscrições abertas na Centrarte
Informações centrarte.rs@terra.com.br

I Congresso Internacional de Psicologia Jurídica e a Transdisciplinariedade
De 11 a 14 de maio de 2004 na Ulbra, em Canoas
Informações Psicojun@ulbra.br ou (51) 477.9215

V Congresso da Associação Latino-Americana de Psicoterapias Cognitivas
De 21 a 24 de abril na PUC, em Porto Alegre
Informações (51) 3225 3763

Formação em Psicoterapia Centrada na Pessoa
Curso com início em abril
Inscrições abertas no Instituto Delphos
Informações (51) 3388.6898 ou www.institutodelphos.com.br

Formação em Psicoterapia Psicanalítica
Curso com início em março
Inscrições abertas no ESIPP
Informações (51) 3338.9878

XII Ciclo de Estudos em Psicoterapia
Cursos de Psicoterapia de Adultos, Psicoterapia Infantil, Psicopatologia, Estruturação do Aparelho Psíquico, Dependência Química e Terapia Vincular
Início em março
Inscrições abertas no GAEPSI
Informações (51) 3331.3781

Jornada da APPOA
Tema: Diferenças sexuais
Dia 3 de abril no Novotel, em Porto Alegre
Inscrições abertas na APPOA
Informações (51) 3333.2140 ou www.appoa.com.br

IV Congresso de Stress da ISMA-BR / VI Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho
Tema: Trabalho, Stress e Saúde: o impacto do stress urbano na saúde.
Dias 22 e 23 de junho no Hotel Plaza São Rafael (Porto Alegre)
Informações (51) 3222.2441 ou www.ismabrasil.com.br

Formação em Psicoterapia e Transtornos de Adição
Curso com início em março
Inscrições abertas no Instituto Cyro Martins
Informações (51) 3338.6041 ou www.cyromartins.com.br.

V Congresso Latino-Americano de Psicoterapia
Tema: O Desenvolvimento da Psicoterapia e suas Interfaces
De 20 a 22 de maio em Porto Alegre (RS)
Informações http:// www.vcongressopsicoterapia.com.br/

Ulisses: De Homero a Joyce
Seminário aberto nas terças-feiras, às 20h
Coordenação: Donaldo Schüler
Inscrições abertas no Núcleo de Estudos Sigmund Freud
Informações (51) 3334.6400 ou 3338.6361.

Letra, significante, discurso. Três instâncias para compreender Lacan
Seminário abertos nas quarta-feira, às 8h30min
Coordenação: Alfredo Jerusalinsky
Inscrições abertas no Núcleo de Estudos Sigmund Freud
Informações (51) 3334.6400 ou 3338.6361.

A Psicologia e o trabalho comunitário: elogio ao múltiplo
Curso com início em 24 de março, sob a coordenação de Lucia Ozorio (professora e pesquisadora da UFRJ)
Inscrições abertas na PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS
Informações (51) 3316.5149

Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
Curso de MBA com início em abril
Inscrições abertas na Fundação Getúlio Vargas/RS
Informações (51) 3027.3000 ou www.fgvrs.com.br

II Ciclo de Socialização do Conhecimento
Tema: O Pensamento Psicanalítico e a Prática Terapêutica na Contemporaneidade
Início em março
Inscrições abertas no CLIP
Informações (51) 3222.6134 ou marodin@terra.com.br

I Convenção Latino-Americana / IV Congresso Brasileiro / IX Encontro Paranaense de Psicoterapias Corporais
De 10 a 12 de junho em Foz do Iguaçu (Paraná)
Informações (41) 263.4895 ou www.centroreichiano.com.br/especializacao.htm

IX Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos/XIV Encontro Nacional de Administradores e Psicólogos
Tema: O Poder das Relações na Gestão da Performance
De 18 a 21 de maio em Gramado (RS)
Informações (51) 3332.9293 ou www.racional.com.br

XIII Fórum Internacional de Psicanálise
De 25 a 29 de agosto em Belo Horizonte (MG)
Informações (31) 3223.6115 ou www.cpmg.org.br

Atividades da APPOA 2044
Inscrições abertas para Seminários, Grupos Temáticos, Grupos Textuais, Oficinas e Núcleos de Estudo em horários diversos
Informações (51) 3333.2140 ou www.appoa.com.br

Cursos de atualização da Psicologia e Saúde Comunitária
Início em março
Inscrições abertas no GAEPSI
Informações pelo fone (51) 3331.3781

MANIFESTO CONTRA A REDUÇÃO DA IDADE PENAL

POR TODAS AS ADOLESCÊNCIAS, PELO ECA E PELA CIDADANIA, AGORA.

A Constituição Federal de 1988 definiu a idade limite para a maioridade penal, classificando como inimputáveis penalmente os menores de 18 (dezoito) anos. O ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº. 8069, de 13 de julho de 1990), em consonância com a Constituição, propôs a responsabilização do adolescente (de 12 a 18 anos) autor de ato infracional, prevendo seis diferentes medidas sócio-educativas. Nos casos de maior gravidade, o adolescente pode cumprir medida sócio-educativa de privação de liberdade. Portanto, o ECA não propõe a impunidade.

Aproveitando o clima de insegurança disseminado no País, frente aos crescentes índices de criminalidade, tramitam no Congresso Nacional duas formas de modificação do ECA:

• A redução da idade penal: os autores desses projetos têm procurado mobilizar a sociedade no sentido de que a imputabilidade penal seja reduzida dos atuais 18 para 16 anos.

• Penalização dos atos infracionais graves: nestes casos, os adolescentes cumpririam pena após completarem 18 anos no sistema penitenciário comum, podendo permanecer ali confinados por até 10 anos.

As duas situações propostas não são iguais, porém tem como conseqüências:

• A transformação do adolescente no "bode expiatório", responsável pelo clima de violência e insegurança social;



• A criação de uma "cortina de fumaça", desviando a atenção da opinião pública das causas reais da violência, que são:

• a imensa desigualdade social;

• a ausência do direito ao trabalho e ao salário justo;

• os apelos desenfreados do consumo, a impunidade e o fracasso dos mecanismos de controle social;

• a corrupção que atravessa todos os poderes públicos, a desresponsabilização do Estado, da escola e dos meios de comunicação de massa pelas crianças e adolescentes;

• A desqualificação do ECA como instrumento jurídico na regulação dos direitos e responsabilidades dos adolescentes, bem como, do princípio constitucional que o sustenta;

• A desqualificação da adolescência como processo de desenvolvimento e de possibilidade educativa, condenando algumas adolescências ao sistema penitenciário.

O limite fixado para a maioridade penal não pode ser confundido com a idéia de desresponsabilização da juventude: inimputabilidade não é sinônimo de impunidade e também não pode ser considerado como motivo para justificar a atribuição de aumento da periculosidade dos adolescentes, nem para a penalização dos atos infracionais mais graves.

O critério de fixação da idade penal é essencialmente cultural e político, revelando o modo como uma sociedade lida com os conflitos e as questões da juventude, privilegiando uma lógica vingativo-repressiva ou uma lógica educacional. É uma ilusão achar que o sistema carcerário brasileiro poderá transformar adolescentes autores de atos infracionais em cidadãos que possam contribuir produtivamente na sociedade.

Estabelecer penas para os adolescentes antes dos 18 anos é uma forma velada, irresponsável e cruel de reduzir a idade penal e condená-los. Na prática é não ter o trabalho de direcionar políticas de atenção para esta parcela da juventude, sentenciando mais uma vez a vida do adolescente.

Portanto, posicionamo-nos contra todas as formas de redução da idade penal. O adolescente autor de ato infracional deve ser responsabilizado por suas ações de acordo com as condições definidas pelo ECA, pois só desse modo estaremos formando cidadãos capazes de construir uma sociedade mais justa e solidária.

Propomos, portanto, que não se altere a Lei Federal nº 8.069 e a não aprovação do projeto de penalização dos atos infracionais graves, permanecendo a idade de responsabilização penal nos 18 anos; que as condições de cumprimento das medidas sócio-educativas promovam o exercício da cidadania – direitos e deveres – dos adolescentes, um fator determinante no processo de inclusão social.

No início do século 21, continuamos sonhando que o Brasil seja o "país do futuro". Um futuro que só se tornará realidade quando houver um investimento real na educação e no desenvolvimento da juventude.

Conselhos Federal e Regionais de Psicologia